

# PF prende três empresários em nova operação sobre 8/1

Alvos no DF são suspeitos de financiar acampamento em frente a QG do Exército

Mariana Holanda e Julia Chubb

**BRASÍLIA.** A Polícia Federal (PF) prendeu na manhã desta quinta-feira (29) três empresários na 2ª fase da Operação Lesa Pátria, que busca identificar pessoas que planejavam, financiaram e iniciaram os ataques de 8 de janeiro do ano passado às sedes dos três Poderes, em Brasília.

Dois empresários foram presos no Distrito Federal e um, em São Paulo. Eles são suspeitos de financiar atos antidemocráticos em Brasília.

Na capital federal foram presos dois empresários: Adauto Lucio de Mesquita e Joveli Xavier de Mesquita.

A CPI do 8 de janeiro na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) reconheceu, no ano passado, o indiciamento da dupla por incitação ao crime e associação criminosa.

O relatório final do colegiado apontou evidências de que eles teriam financiado es-

trutura do acampamento em frente ao QG do Exército, apesar da negativa dos empresários em seus depoimentos.

No entanto, eles contaram com recursos em empresas do ramo atacadista. De acordo com a CPI, eles contribuíram para o financiamento de carro de som e tendas no local.

Em depoimento à época, Mesquita afirmou ter doado R\$ 12 mil para a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), então candidato à reeleição. Seu sócio, por sua vez, negou ter aportado qualquer recurso.

Os dois disseram que não fizeram doações para manter o acampamento em frente ao QG do Exército ou contratar tráfego aéreo, mas a quebra de sigilo de uma das empresas mostrou pagamento de representante do trio que foi contratado no QG.

Os dois também afirmaram que chegaram em 8 de janeiro na Esplanada dos Ministérios quando já havia ocorrido o invasão dos prédios públicos e

que não participaram da depredação.

O advogado de Mesquita e Andrade, Iure Castro, afirmou ter recebido com seriedade mas surpresa a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes e que seus clientes sempre tiveram postura colaborativa com as autoridades.

"Ninguém de boa fé que participou da manifestação subvertida quer que aquilo culmine no futuro com depredação deplorável", afirmou nos machucados a todo mundo que tem espírito público democrático.

Isso também é sentimento do Adauto, do Joveli, que jamais quebrariam um copo público", disse Castro.

É importante que a gente separe o joio do trigo, quem realmente cometeu dano: que responda. Não é porque eventualmente esteve na manifestação, até então pacífica, que você tem que ser condenado por isso. Tem que individualizar as condutas", completou o defensor.

## Ação mira suspeitos de tentar invadir sede da polícia

A PF deflagrou nesta quinta-feira (29) a operação Hero 2, que apura a tentativa de invasão contra o prédio da corporação em 12 de dezembro de 2022, dia da diplomação de Lula, além de dano e incêndio contra patrimônio público e privado.

A PF cumpriu quatro mandados de busca e apreensão em RO, SP e DF, autorizados pelo STF.

Os alvos são investigados por dano qualificado, incêndio majorado, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado. As perdas somadas, chegaram a 34 anos de prisão.

Os empresários não prestaram depoimento porque a Polícia Federal tentou fazer a oitiva antes de o advogado chegar. Mas o defensor disse que já solicitou a Moraes e à polícia que fossem remaradas as oitivas, porque ambos querem prestar esclarecimentos.

O grupo atacadista ao qual os dois pertencem também afirmou, por meio de nota, ser contra o vandalismo e a intolerância política.

É o grupo, acredita que a democracia é feita com pensamentos diferentes, mas jamais com violência. A diretoria do grupo respeita as instituições brasileiras, a democracia e o Estado de Direito".

O terceiro preso nesta quinta-feira é Diogo Arthur Galvão, empresário dono de um comércio varejista de madeira e artefatos. Galvão foi detido em Presidente Epitácio, cidade do interior de São Paulo, por estar em posse irregular de munição.

De acordo com a Polícia Federal, ao total, foram cumpridos 34 mandados judiciais nesta fase da operação. Além das prisões preventivas, houve sete alvos para monitoramento eletrônico e 24 mandados de busca e apreensão. As determinações são todas do ministro Alexandre de Moraes.

Os mandados foram cumpridos nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Tocantins, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Espírito Santo, além do Distrito Federal.

A PF também informou que foi determinada pelo ministro a indisponibilidade de bens, ativos e valores dos investigados. A estimativa da corporação é a de que os danos ao patrimônio público com os atos golpistas chegaram a R\$ 40 milhões.

A operação tem origem nas quatro frentes de investigação abertas após os ataques aos três Poderes.

Uma delas mira os possíveis autores intelectuais, e é essa frente que apura ações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Outra visa mapear os financiadores e responsáveis pela logística do acampamento e transporte de bolsonaristas para Brasília.

O terceiro foco da investigação da PF são os vândalos. Os investigadores buscam identificar e individualizar a conduta de cada um dos envolvidos na depredação dos prédios da capital federal, que acabaram denunciados pela Procuradoria-Geral da República.

A quarta linha de apuração foca sobre autoridades omissas durante o 8 de janeiro e que facilitaram a atuação dos golpistas.

Na última fase da operação, o líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PT-RR), foi alvo de busca e apreensão da PF. As suspeitas relacionadas a ele incluem eventos de teor antidemocrático ocorridos no Rio de Janeiro, como acampamentos em frente a quartéis das Forças Armadas e bloqueios de rodovias, após as eleições de 2022.

Com a vitória de Lula (PT) nas eleições presidenciais de 2022, apoiadores de Jair Bolsonaro promoveram em todo o país uma série de protestos, bloqueando estradas e passaram a se aglomerar em frente a unidades militares, onde manifestavam seu conformismo com o resultado das urnas.

Para os investigadores, esses episódios serviram como uma espécie de preparação para o ataque que ocorreria em 8 de janeiro do ano passado.

Um dos principais aliados do ex-presidente Bolsonaro no Congresso, Nacional e Carlos Jordy afirmou, em uma rede social na época, ser vítima de uma "medida autoritária, sem fundamento, sem indicio algum, que somente visa perseguir, intimidar e criar nas retinas as vésperas de eleição municipal".

Em outra postagem, o parlamentar fluminense afirmou: "A covardia feita hoje é sintomática. Estamos numa ditadura que distorce e manipula fatos para perseguir adversários. Que Deus olhe pelo Brasil".



Manifestantes invadem praça dos Três Poderes. Adauto Lucio de Mesquita, em depoimento a CPI do Joveli Andrade, no mesmo local; ambos foram presos ontem

## Câmara aprova projeto que favorece réu em caso de empate

Victoria Azevedo

**BRASÍLIA.** O plenário da Câmara rejeitou emenda proposta pelo Senado e aprovou na noite de quarta-feira (28) um projeto que estabelece que todos os julgamentos de matéria penal no STF (Supremo Tribunal Federal) e STJ (Superior Tribunal de Justiça) que terminem em empate devem favorecer o réu.

Hoje, os tribunais superiores adotam esse entendimento apenas para a concessão de habeas corpus.

O texto foi aprovado pela Câmara em março do ano passado e sofreu modificações no Senado na semana passada, por isso teve que retornar à Casa. O texto original previa que o voto de desempate seria do presidente do grupo político, mas o texto aprovado agora, a Câmara volta a ter o voto de desempate para o presidente do grupo político, mas o texto aprovado agora, a Câmara volta a ter o voto de desempate para o presidente do grupo político.

No ano passado, ao ser aprovado na Câmara, o texto gerou críticas de parlamentares defensores da Operação Lava Jato. O então deputado Delam Dallagnol, coor-

denador da força tarefa da operação até 2020, chegou a afirmar que a medida favorecia bandidos e criminosos.

No Senado, o relator do texto, senador Weverton Rocha (PDT-MA), acatou uma emenda para evitar "empates artificiais" a favor do réu, beneficiando-o em habeas corpus em qualquer circunstância. Nos casos com recursos, no entanto, se buscava um quórum necessário para que não houvesse empates.

Por esse texto aprovado no Senado, a análise da ação seria adiada por até três meses até que o colegiado recusal, tribunal, câmara, turma ou seção existisse completo. O texto também estabelecia que, havendo empate, o presidente do grupo político teria o voto de desempate.

Agora, a Câmara volta a ter o voto de desempate para o presidente do grupo político, mas o texto aprovado agora, a Câmara volta a ter o voto de desempate para o presidente do grupo político.

## Pacheco critica proposta de Lira para limitar a atuação da Polícia Federal no Congresso

Ana Pompeu

**BRASÍLIA.** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a proposta que proíbe operações de busca e apreensão no Congresso Nacional é "difícil de avançar" porque pode contrariar com o princípio de constitucionalidade. Ele diz ser contra a proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Lira articula projeto que limita a atuação da Polícia Federal dentro da Casa. O deputado pediu líderes partidários que consultem as respectivas bancadas sobre a viabilidade de matérias que tratam de operações de busca e apreensão em respeito às prerrogativas parlamentares, numa reação a operações da Polícia Federal em gabaritos na Câmara.

Questionado sobre o tema ao final da sessão de quarta-feira (28), Pacheco afirmou que a intenção não é razoável. "Não é razoável pensarmos a proibição de medidas cau-



Pacheco, presidente do Senado

telares contra qualquer tipo de segmento ou qualquer tipo de nível de autoridade pública", afirmou.

De acordo com o parlamentar, esse tipo de medida deve ter critério e equilíbrio, inclusive sobre a forma que ela pode ser executada num ambiente como o Parlamento e quem pode decidir sobre isso. Mas, disse, investigadores têm o direito de coletar provas. "Busca e apreensão é um

da PF miraram nomes como os deputados Alexandre Ramagem (PL-RR) e Carlos Jordy (PL-RR), em janeiro.

**Nova unidade do Descomplica SP é inaugurada na Lapa e reúne mais de 350 serviços**

Agende a câmara de seu celular ou tablet e saiba mais

**CIDADE DE SÃO PAULO**  
ESTÚDIO FOLHA